

MARQUÊS DE BARBACENA NO 1º CENTENÁRIO DE SEU FALECIMENTO

(Conferência realizada pelo **General SOUZA DOCCA**, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

Uma das funções deste Instituto, em seu nobre culto pelo passado, é recordar, recordar sempre, para ministrar exemplos edificantes, deixados pelos nossos maiores, no transcurso pela vida, ao serviço do progresso, da civilização, da família, da sociedade ou da Pátria.

Na prática desse exercício meritório, não podia esta nobre e tradicional Casa ser indiferente à passagem do primeiro centenário do falecimento de Felisberto Caldeira Brant Pontes — marquês de Barbacena, grande do Império, embaixador do Brasil, marechal do Exército e que tem ainda a coroar todos esses altos títulos este, sobremodo recomendável: benemérito brasileiro.

Não é de se traçar aqui, nem mesmo em linhas gerais, a biografia desse gentil homem — tão vasta ela é que não seria possível enfeixá-la em uma simples conferência.

Vamos, pois, nos limitar a tratar de alguns fatos de sua acidentada e edificante vida pública, que é uma fonte de nobres inspirações, como sóe ser a vida de todos os idealistas.

Movido pelo desejo, nunca assás louvado, de se consagrar ao serviço da Pátria, preferiu a carreira das armas e ingresou na Academia de Marinha, em Lisbôa, onde conquistou todos os premios prometidos, como laureado em seu curso.

Sendo-lhe negado, entretanto, pela sua pouca idade, o acesso ao posto de capitão de mar e guerra, que lhe cabia, segundo dizem todos os seus biógrafos, desgostou-se com essa negativa e pediu sua transferência para o Exército, onde foi incluído com o posto de major e passou a servir na Angola.

Sua carreira miliar foi rápida: aos 39 anos de idade ascendia a general.

DIPLOMATA

A maior glória do marquês de Barbacena, entretanto, como servidor do Brasil, lhe estava reservada no campo da diplomacia, para a qual possuía qualidades excepcionais.

Devido a sua atitude desassombrada e patriótica, na Baía, por ocasião das agitações políticas, em fevereiro de 1821, a favor do movimento constitucionalista de Portugal, sofreu injustiças ali e no Rio de Janeiro.

Profundamente vexado com esse tratamento fixou, com permissão do governo, residência em Londres.

Aí teve, com a alegria própria do bom patriota que era, a notícia do retorno de D. João VI para Portugal.

Escreveu, em seguida, a José Bonifácio, que ocupava uma das pastas no governo do príncipe D. Pedro, oferecendo ao Estado seus serviços pessoais e seus bens particulares.

Gozava então, o nosso ilustre compatriota, de grande apreço na corte britânica, decorrente do seguinte fato.

A esquadra inglesa que sob o comando do almirante Home Popham conduzia para o Rio da Prata as tropas do marechal Baresford, aportou à Baía, em 1805, necessitada de recursos pecuniários. Estes lhe foram emprestados pelo então tenente coronel Felisberto Caldeira Brant Pontes, sem juros, mediante letras sobre o tesouro de Londres.

Esta ocorrência aproximou o nosso compatriota do grande ministro inglês George Ganning, que se comprazia em recebe-lo na intimidade, dando provas de alto e nobre reconhecimento por aquele ato e, essa intimidade, aumentou e se fez estima, graças à cultura e à sedução pessoal de Barbacena.

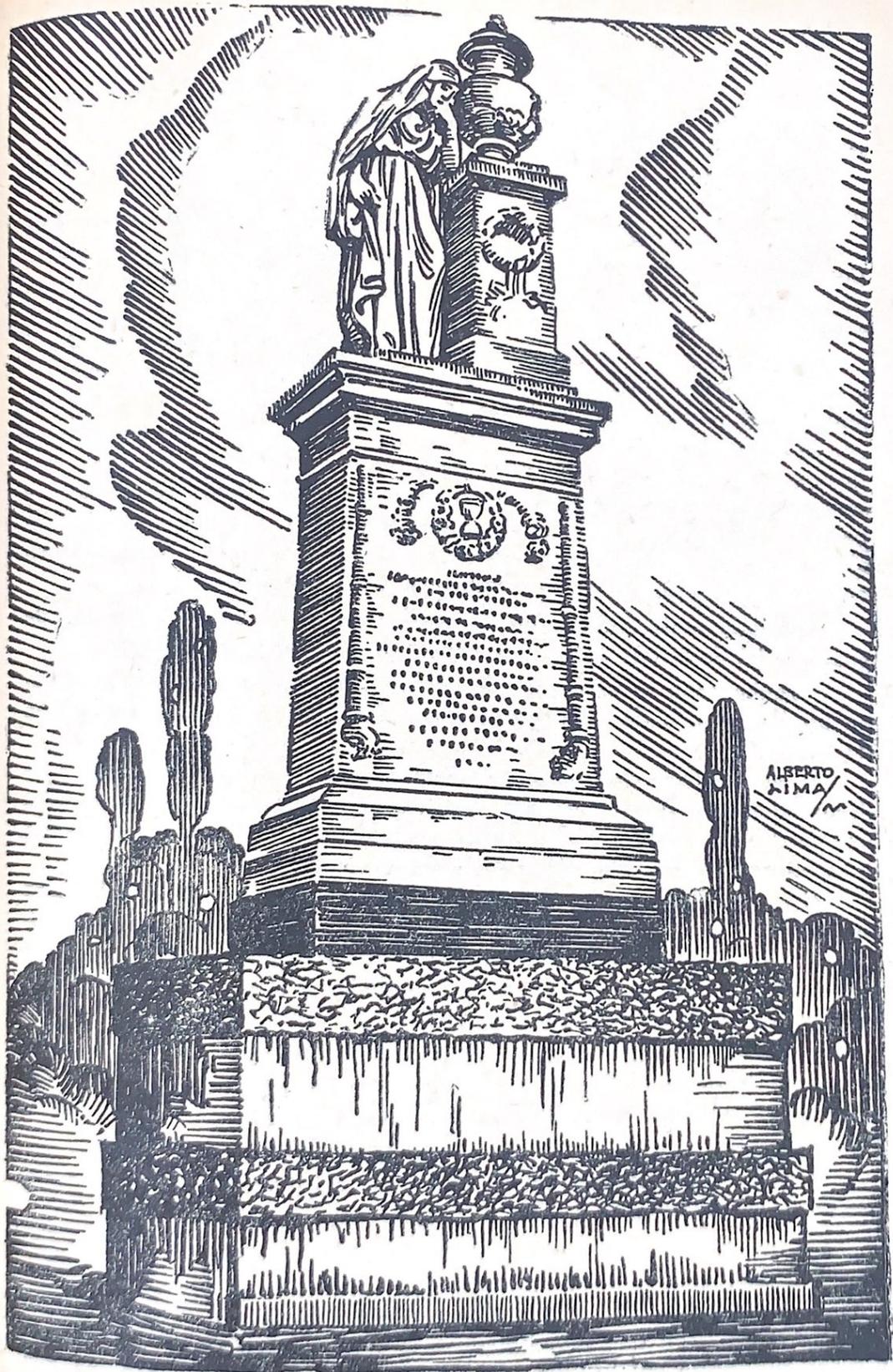
José Bonifácio, com aquele atilamento que lhe era peculiar, aceitou, logo, os serviços de seu prestigioso compatriota e fez D. Pedro assinar a carta que o acreditava junto ao governo britânico e o decreto que o nomeava para exercer "o lugar de encarregado de negócios na Corte de Londres".

Esses dois importantes, audazes e curiosos documentos que tinham como objetivo tentar abertura de caminho no exterior para o reconhecimento de nossa soberania, tem a data de 12 de agosto de 1822.

O marechal Caldeira Brant não podia, entretanto, ser recebido oficialmente, visto que o Brasil não tinha, como Estado, personalidade internacional de soberania própria, esta só existiria depois de seu reconhecimento na *societas gentium*.

Esta circunstância, entretanto, não impediu que o patriotismo e a figura de nosso diplomata levassem aqueles documentos ao conhecimento do poderoso ministro do Exterior da Inglaterra e trocasse idéias com este sobre o futuro reconhecimento do Brasil.

Tivemos, desse modo, antes de 7 de setembro de 1822, um representante, embora oficioso, junto a uma das mais poderosas nações da Europa, o que era grande vitória, porque essa aceitação virtual de nossa independência, facilitou seu reconhecimento.



O túmulo do Marquês de Barbacena, no Cemitério de S. Francisco Xavier - Rio.

Caldeira Brant veio a ser, desse modo e com a sua atuação posterior, o maior vulto de nossa independência política no exterior.

Sobraram-lhe ainda tempo para prestar outros serviços e sugerir medidas de ordem interna.

Esta contribuição decorreu das incumbências recebidas de José Bonifácio, sobre remessa de oficiais e marinheiros para nossa esquadra, de barcos a vapor, de materiais e equipagens para o Arsenal de Marinha e de armas e munições.

Referindo-se à remessa desses recursos, para o progresso do Brasil e garantia de sua independência futura, disse Brant Pontes em carta ao amigo e compadre, marquês de Santo Amaro, que o advertira de se achar em situação de prestar bons serviços à Pátria: "Jamais deixarei de fazer o que couber em meus esforços a favor da Pátria, e por isso, sem socorro do governo, despendendo o resto de minha pequena fortuna, e pedindo emprestado aos meus amigos, mandei 7 oficiais e 125 marinheiros em um navio, 45 mais em outro, 103 marinheiros e 2 oficiais em outro e estão a partir 164 marinheiros e 12 oficiais.

"Mandei mais dois navios carregados de artilharia e munições de guerra e há de largar outro com cabos para o Arsenal de Marinha".

"Tenho pago as passagens de vários deputados e suprido ao nosso amigo Gameiro, e de certo quem assim faz, está conforme a doutrina de V. Ex."

E, ao finalizar essa missiva íntima, num gesto de abnegação e de desprendimento, de que só são capazes as almas grandes, inspiradas por patriotismo elevado e dignificante, advertiu: — "Basta, meu querido compadre, deste assunto, fique ele entre nós".

E assim, efetivamente ficou, durante três quartos de século para os estudiosos de nosso passado e ainda está para o grande público brasileiro, tão falho de informações sobre nossos grandes homens — o que constitui falta grave, porque é prejudicial à aprimoração e ao fortalecimento de nosso espírito nacional.

Já dissemos mais de uma vez e nos parece oportuno repetir: os povos precisam de heróis para alicerçar sua estrutura moral, para sua mística nacionalista, para que sintam sua Pátria, saibam-na amar e dela se orgulhem e, por isso, os que não tem heróis, criam-nos.

O Brasil não precisa inventar heróis, visto que os possui reais, positivos, exemplares.

Do que precisamos é saber cultua-los, recordando-os com orgulho e entusiasmo, com a alma erguida, para fazê-los devidamente conhecidos e, desse modo, dar mais realce à nossa consciência cívica e fazê-la mais forte — para que não baixemos à descrença abjeta, que os derrotistas procuram infiltrar na alma popular pela depreciação do que é nosso.

Não devemos nos entregar a desvanecios de grandezas mirabolantes — mas podemos e devemos nos compenetrarmos da necessidade de dizermos nossos pensamentos, de caminharmos com os nossos pés, de trabalharmos com as nossas mãos, como entendia Emerson ser necessário para os que querem realizar suas aspirações.

Essa campanha de pura, sã e consciente brasilidade, é uma das grandes e nobres finalidades desta patriótica Casa, em seu culto pelo passado e, graças à direção sábia de seus ilustres dirigentes, em todos os tempos, tem sabido cumprir essa missão, com a pertinácia de quem sabe querer; com o empenho de quem avalia o que deseja; com os benefícios que a cultura bem orientada prodigalisa; com a fé e com o carinho que o amor patriótico inspira e acalenta.

Caldeira Brant, para dar maior vulto à benemerência dos serviços prestados ao Brasil, sugeriu da Europa, a José Bonifácio, fosse feito convite ao almirante Alexandre Tomas Cochrane, para servir em nossa marinha de guerra.

A finura da inteligência do autor de tão interessante lembrança e o empenho que sempre punha em bem servir à Pátria, fizeram acompanhar aquela sugestão de oportunos conselhos.

Entre outros, que foram utilmente observados, disse Caldeira Brant, referindo-se ao lord Cochrane: “Oigo que é muito amigo de dinheiro e que está em discordia com San Martin”.

Assim efetivamente era: o almirante estava de relações cortadas com San Martin, que desejava afastá-lo do comando da esquadra chilena e se desgostara com o Diretor Supremo — O’ Higgins — pela compra forçada de sua propriedade denominada Quinteros, na baía de Herradura, por desconfiar o governo chileno que Cochrane pretendia fazer ali um posto de contrabando.

O governo brasileiro tomando em consideração o que alvitara Caldeira Brant, entrou em entendimento com o lord Cochrane, por intermédio de Corrêa da Câmara, então nosso consul em Buenos Aires, oferecendo-lhe o posto de primeiro almirante na marinha brasileira, percebendo 120.000 pesos anualmente, tendo, quando embarcado mais 6.000 a título de comedorias e mais ainda, segundo o respectivo contrato: “O governo imperial deveria pagar ao almirante 60.000 patações que lhe devia o Chile”.

A essas regalias e vantagens, com o fim de não falhar a tentativa de trazer o almirante ao nosso serviço e, sem dúvida, tendo em vista as observações de Caldeira Brant, foi acrescentada mais esta clausula no ajuste: Terminada a luta pela nossa independência e não querendo o contratado continuar a prestar serviços ao Brasil, “receberia metade do soldo, como pensão, extensiva por sua morte à sua mulher”.

Foi assim que entrou para o serviço de nossa marinha de guerra o almirante Cochrane, acompanhado de outros oficiais ingleses, ilustres

também e que assinalados serviços prestaram ao Brasil, destacando-se entre eles o nobre João Pascoe Grenfell, que se integrou na vida brasileira e, pelos seus serviços, grangeou, entre nós, com alma e coração, o título de benemérito.

Proclamada a nossa independência foi Caldeira Brant, juntamente com Manoel Rodrigues Cameiro Pessoa, nomeado plenipotenciário, "para tratar com a Inglaterra e apresentar definitivamente o reconhecimento da independência do Império do Brasil, com a garantia e fiança de sua integridade".

Por suficientemente conhecidos, não são de relatar aqui os notáveis serviços prestados ao Brasil, em Londres, para o reconhecimento de nossa independência, por Caldeira Brant.

E, entretanto, de se assinalar que foi este ilustre brasileiro, pelo seu tino diplomático, pela sua inteligência e cultura, pelo seu patriotismo e pelo seu prestígio pessoal: a figura principal do ato do governo britânico sobre o reconhecimento de nossa Pátria como Estado soberano.

Não cessaram as atividades diplomáticas de nosso eminente compatriota com os excepcionais serviços para a nossa personalidade jurídica entre os demais Estados soberanos. Seus préstimos no exterior continuaram a ser exigidos como penhor da realização de nossas aspirações. Para isso retornou à Europa, em missão diplomática, por mais três vezes: em agosto de 1827, para receber e conduzir ao Brasil, a esposa que o imperador da Austria deveria escolher para D. Pedro I, devendo, ao mesmo tempo, entender-se com D. Miguel, para que este aceitasse a nomeação para governar e reger, na qualidade de lugar-tenente de D. Pedro, os reinos de Portugal e Algarves.

A segunda viagem foi em julho de 1828, conduzindo a princesa brasileira Maria da Glória, rainha de Portugal, que contava apenas 9 anos de idade e já era prometida de seu tio d. Miguel.

Tendo Barbacena, no decurso da viagem, noticia de que o futuro esposo da princesa fôra aclamado rei de Portugal, havendo assim usurpação da Coroa real, resolveu conduzir sua recomendada à Inglaterra e aí lhe deu por governante uma dama portuguesa — d. Leonor Câmara.

Em agosto de 1829 regressou ao Brasil com a referida princesa e a segunda esposa de D. Pedro.

A terceira viagem foi em outubro de 1835, em negócios particulares e tratamento de saúde.

O regente do Império aproveitou essa oportunidade para nomeá-lo plenipotenciário do Brasil junto ao governo da Inglaterra "para tratar da questão da interpretação do tratado de comércio com esse país e sobre os meios conducentes à mais efetiva repressão no mar do tráfico de africanos", sem remuneração pecuniária, como o próprio nomeado condicionou a prestação de seus serviços.

Depois de dar cabal desempenho à sua missão pública, regressou o marquês de Barbacena ao Brasil, em abril de 1836, com sua saúde profundamente comprometida.

Eis, em simples referências, apenas com indicação de datas, os principais marcos da vida diplomática do marquês de Barbacena.

Esses marcos constituem capítulos brilhantes de nossa história diplomática, com exemplos dignos de memória e do maior apreço, porque representam atos de uma vida dedicada ao serviço da Pátria.

COMANDANTE EM CHEFE

Embora longa a carreira das armas do marquês de Barbacena, sua atividade militar, entretanto, foi diminuta.

Passou, de simples guarda-marinha, aos 19 anos de idade, a major do Exército e, neste posto, serviu como ajudante de ordens do governador de Angola.

Regressando daí, dois anos depois, foi para Lisboa, de onde veio, em 1801, como tenente-coronel do 1.º Regimento de linha da Baía. Aí, nesse mesmo ano, casou com Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso, filha do coronel Antonio Cardoso dos Santos, opulento negociante, de quem Caldeira Brant ficou na posse da fortuna, por intermédio de sua esposa.

Passou então a empregar quasi todo seu tempo em aumentar esses haveres, dedicando-se à indústria e ao comércio.

Em 1807 achava-se em Lisboa, como coronel do Regimento n.º 13. No ano seguinte veio com a família real para o Brasil, tendo ficado na Baía. Em 1811 foi promovido a brigadeiro e nomeado inspetor das tropas da província de sua residência, continuando sua atividade nas "empresas pacíficas do progresso material", segundo acentua seu maior biógrafo — o dr. Antonio Augusto de Aguiar.

Em 1821, em consequência de sua atitude patriótica, na agitação política já mencionada, seguiu para a Europa e fixou residência em Londres.

Aí prestou, como já vimos, assinalados serviços ao Brasil, como diplomata.

Em 1824 foi agraciado com o título de visconde de Barbacena. No ano seguinte regressou ao Brasil. Teve diversos acessos e distinções em 1826: a 19 de abril foi escolhido senador pela Província de Alagoas; a 12 de setembro foi nomeado comandante em chefe do Exército no Rio Grande do Sul; a 4 de novembro foi elevado a marquês e a 17 de dezembro promovido a tenente-general.

Chegou a Santa Ana do Livramento, no Rio Grande do Sul, a 1.º de janeiro de 1827, assumindo o comando em chefe 10 dias depois e o deixou em julho ainda desse mesmo ano, por ter vindo para o Rio

de Janeiro, regresso esse pleiteado desde março, quando apenas decorria um mês do insucesso do Passo do Rosário.

A história, a verdadeira história, não é, não pode ser louvaminheira e, sim, justa e imparcial, para que não perca seus fóros de nobresa e não disvirtue a sua finalidade — e homens da estatura moral, da benemerência cidadã, da grandesa patriótica, de serviços excepcionais, como Felisberto Caldeira Brant Pontes, não precisam de louvaminhas, para que figurem e se perpetuem como cidadãos prestantes e mereçam o respeito e o culto de seus compatriotas.

Não julgamos, pois, exista desdouro nesta afirmativa: Pode-se dizer, com toda propriedade, que o tenente-general marquês de Barbacena, só assentou praça realmente, quando foi noemado comandante em chefe, depois de 15 anos de seu generalato e aos 54 de idade.

Por maior que fosse sua inteligência, que era grande e brilhante; por mais alta que fosse sua bravura, que era notável; por mais elevado que fosse seu patriotismo, que ela inxcedível; foi, não há dúvida, um erro sua nomeação para comandante em chefe do Exército no Sul.

Um comandante em chefe de Exército em operações, não se improvisa, mesmo na pessoa de quem possua notáveis qualidades militares, porque lhe são necessários cultura técnica e tirocinio no officio. Ao marquês de Barbacena faltavam esses dois predicados.

Sua preparação militar fôra para a carreira naval e, de simples guarda-marinha, passou a official superior do exército e, durante 15 anos de general não exercitára nenhum comando de tropa.

Pedro I, com o arrebatamento que lhe era próprio, com os seus caprichos, pelas poucas luzes, não atinou com este preceito do genial épico dos Lusíadas:

“A disciplina militar prstante
Não se aprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando”.

A disciplina militar, na época de Camões e ainda por algum tempo depois, era o mesmo que estratégia e tática, significando também, como hoje, subordinação.

Não obstante o que ficou mencionado, Barbacena revelou, nas primeiras providências solicitadas, alta intuição par seu elevado cargo — inspirada, sem dúvida, pela sua lúcida inteligência.

A maior responsabilidade da situação precária em que se achava o exército no Sul e de não haver colhido os louros que, pela sua bravura e patriotismo, estava fadado a alcançar, cabe ao governo imperial, visto que, por intermedio do Ministro da Fazenda, numa incompreensão

das necessidades gerais do país, vendo tudo pelo prisma limitado de sua pasta, sonhou os recursos pecuniarios indispensaveis.

Esqueceram, desse modo, lamentavelmente, esta observação profunda de Machiavelli, em o *Discurso sobre Tito Livio* e que, nas crises agudas do tempo de guerra ou na iminência de uma luta armada, deve estar sempre presente aos dirigentes da Pátria: "Tudo se torna inutil sem tropas sobre as quais se possa contar".

"Sem estas os tesouros nada são, nem tão pouco o vigor do sólo: a fidelidade e o afeto dos homens se extinguem breve".

Pareceu-nos desnecessário aqui uma narrativa da Batalha do Passo do Rosário, por ser dos nossos recontros militares o mais estudado, salientando-se sobre o assunto notavel livro do ilustre e erudito general Tasso Fragoso.

Em vez dessa narrativa, portanto, preferimos examinar, ainda que em largos traços, alguns aspectos psicológicos do comandante em chefe de nosso exército naquela batalha.

Assim poderemos melhor explicar sua atuação aí e no decurso de sua prestimosa vida pública e particular.

O HOMEM

SUA GENEALOGIA

No estudo das personalidades humanas é indispensavel o conhecimento de sua genealogia, que nos fornece sempre elementos preciosos do ponto de vista psiquico e nos dá, assim, a explicação dos individuos.

Sendo a ancestralidade um elemento estavel, constante, atua sobre o homem, ditando-lhe seus atos.

E' profunda e verdadeira a afirmativa de Gustavo Le Bon de que "cada ser vivente é um cemitério onde dormem infinitos ancestrais, que às vezes despertam para anunciar imperiosas vontades".

A ascendência do marquês de Barbacena, explica suas grandes virtudes e nobres qualidades morais.

Pelo lado paterno descendia dos Brant, de Anvers e pelo materno dos Fernandes Coutinho, de Lisbôa — era, portanto de conceituada e ilustre cepa, em ambos os ramos.

Foram seus tetra-avós paternos: Paulo Brant e Cornelia Galder. Tem origem neste último sobrenome o de Caldeira. Os maternos foram: Bartolomeu Fernandes Coutinho e Maria José de Souza.

Seu bisavô Ambrosio Caldeira Brant, o bravo comandante do fortim do Rio das Mortes em Minas Gerais e que aí resistiu herolicamente ao ataque dos paulistas, por ocasião da guerra dos Emboabas, em 1710, era natural de Lisboa. Veio para o Brasil em 1700 e quatro anos depois casou com a paulista Josefa de Souza Oliveira.

Seu avô o coronel Felisberto Caldeira Brant, o célebre contratador de diamantes, era paulista. Possuía avultada fortuna e, acusado injustamente, foi recolhido a Lisboa e aí faleceu após longa prisão. Era casado com sua conterrânea Branca de Almeida Lara, filha do coronel, também paulistano, José Pires de Almeida, casado com Maria Arruda.

Seu pai — o coronel Gregorio Caldeira Brant, natural de Minas Gerais, era casado com sua prima Ana Francisca Joaquina de Oliveira d'Horta, filha do coronel José Caetano Rodrigues d'Horta, fidalgo da casa real e de sua mulher Inácia Maria Pires de Arruda, entroncada em ilustres famílias portuguesas, vindas com Martin Afonso de Souza para o Brasil e que são troncos vigorosos de bandeirantes notáveis.

Essa ascendência ilustre, radicada no Brasil tão fortemente e por tão longos anos e as injustiças do despotismo português sobre um de seus grandes antepassados, influíram, indiscutivelmente, na formação e no espírito do marquês de Barbacena e explicam seus predicados e virtudes morais e o seu anseio pela independência e liberdade do Brasil.

Vejamos, agora, em simples revoada, a parte referente à psicologia do ilustre brasileiro, cujo nome este Instituto recorda com ufania e recomenda com interesse à posteridade, pelo que ele representa como exemplo de cidadão prestante e como modelo de uma vida enobrecida.

O FÍSICO

SAUDE

Para o exercício de qualquer profissão, a saúde é o primeiro dos atributos físicos — com a ausência da saúde foge a alegria, desaparece o estímulo, se enfraquece o ânimo, pelo exgotamento das energias.

Por mais notáveis que sejam as qualidades de um general, quando não tem o vigor da saúde, está sempre próximo do fracasso.

Napoleão, em Moscou, sofria de dessoria e em Waterloo cavalgava com sacrifício, em consequência de sofrimentos físicos, segundo afirmou o general Gourgaud.

Acreditamos que a Guerra do Paraguai não se teria prolongado até 1870 se o grande Caxias não houvesse adoecido gravemente em Assunção.

O marquês de Barbacena não gosava de boa saúde. Desde os 20 anos de idade era um achacado, foi ele mesmo quem o disse, ao pedir exoneração, em 1818, do cargo de inspetor das tropas na Baía: "Pade-cendo desde 1814, mais ou menos, vertigens, tem estas sido tão repetidas depois da inesperada e repentina morte de minha mulher, que não sentindo alguma melhora, pouco posso durar e quasi nada fazer. Os medicos e a razão aconselham-me distração e pouco trabalho e ares de campo; pelo que em janeiro expuz ao Exmo. Sr. conde dos Arcos o



MARQUEZ DE BARBACENA

GABINETE FOTOCART. DO M.G.

LOUREIRO · FECIT · 1942



MARQUÊS DE BARBACENA

Escudo esquartelado: o 1.º e o 4.º de azul, com banda de prata carregada de três caldeiras de negro com aros de ouro, acompanhada de duas flores de lis do mesmo, uma em chefe e outra em ponta, que é de CALDEIRA; o 2.º de vermelho, com uma arvore de verde, frutada de ouro e arrancada de prata, que é de OLIVEIRA; o 3.º de ouro, com um braço de carnação movente do flanco esquerdo, empunhando uma chave de azul, em pala, seu palhetão para baixo, e um contra-chefe faixado, ondado, de seis peças de azul e de prata, que é de HORTA.

Corôa: de Marquês.

triste estado de minha saúde, pedindo que nomeasse official que substituisse as minhas vezes”.

Reiterando, agora, seu pedido de exoneração, disse ter esperança de melhorar, visto que durante os sete anos anteriores a 1799, sofrera dessas tonturas e ficára delas inteiramente livres até 1814.

O grande biógrafo de Barbacena, há pouco citado, disse que o marquês, em fins de 1825 estava com a saúde solapada, carecendo de repouso, que não lhe foi dado gosar, em consequência dos encargos que lhe foram confiados.

Dias depois de assumir o comando em chefe o marquês de Barbacena adoeceu gravemente com forte crise de litíase renal, que o obrigou a ficar em Santa Ana do Livramento, quando o exército daí se deslocou, a 13 de janeiro e foi acampar a seis quilômetros, à margem esquerda do Cunhaperú, onde permaneceu até 16.

Nos dois anos seguintes, na Europa, esteve Barbacena sempre doente e certa vez repetiu-se a crise de 1827.

Durante o resto de sua existência teve saúde precária.

RESISTÊNCIA FÍSICA

Com a saúde abalada devia ser fraca a resistência física do marquês de Barbacena, embora fosse dotado de poderosa força de vontade.

A resistência física é a pedra de toque da aptidão do militar em campanha.

A dezembro, na Guerra do Paraguai, atesta eloquentemente a pasmosa resistência física de Caxias.

Na Campanha das Cordilheiras revelaram essa qualidade em alto grau, dois generais brasileiros: Vitorino Monteiro, o intrépido barão de São Borja, que não tinha hora certa para as refeições e o bravo Corrêa da Câmara, nobre visconde de Pelotas que, dormindo pouco e mal alimentado, aparecia em toda parte, sempre vivaz.

Bento Manoel Ribeiro, em 1826, em cumprimento de ordem para limpar a nossa fronteira no Ibicui, do inimigo que a devastava, fez, à frente de uma força de cavalaria, um percurso de 60 legoas em menos de 5 dias ou sejam, em média, 78 quilômetros por dia.

Caxias, em 1843, com uma coluna maior que a de Bento Manoel, venceu, em 48 horas, 150 quilômetros.

E' de se notar que aqui foram dois dias de marcha e lá quatro e meio.

Dois historiadores militares brasileiros — Torres homem o Nilo Val — condenam a morosidade das marchas de Barbacena nas vésperas da batalha do Passo do Rosário.

“Essa morosidade”, acrescenta o último citado, “deu lugar a que o marquês de Barbacena perdesse a oportunidade de cortar o exército

do general Alvear na bifurcação das estradas de Cacequi e São Gabriel".

VIRILIDADE

O marquês de Barbacena deu provas de virilidade no início de sua carreira militar.

Aos 20 anos de idade, estando na Angola, com duas embarcações mercantes armadas em guerra, limpou as costas das possessões portuguesas, de dois corsários que aí vinham exercendo sua atividade.

Um dos maiores exemplos de virilidade precoce conhecida é o do general Feliciano Falcão: alferes aos dez anos de idade, tenente aos 13 e capitão aos 15, sendo então nomeado comandante da guarnição de Caxias, nessa época sob agitação oriundas da independência. Restabeleceu a ordem e voltou a São Luiz. Retornou a Caxias em 1828, com 18 anos de idade, em consequência de novas comoções ali, onde, em chegando, assumiu o comando de todas as forças e restabeleceu a ordem.

Outro exemplo notável de virilidade é Manoel Marques de Souza — o 3.º — o galhardo conde de Porto Alegre, que aos 13 anos de idade se distingue, por bravura, em dois combates, sendo por esse procedimento heróico promovido a alferes. Muitos anos depois, já sexagenário, enfrenta o inimigo, na segunda batalha de Tujuti, com o peito constelado de condecorações ao esplendor de seu grande uniforme, num luxo de bravura, combate, com a mesma bizarria dos 25 anos de sua juventude brilhantíssima e impetuosa.

Osório — o legendário — aos 14 anos de idade, fazia verdadeiras proezas sobre o dorso de animais bravios; aos 15, se alista no exército e em seguida se distingue em combate; aos 60, no Paraguai, ninguém o excedia na impetuosidade e firmêsa, à frente de suas legiões.

Caxias, que em tudo foi grande, é dos mais altos exemplos de virilidade — desde a infância ardente e agitada, até à velhice combativa e gloriosa.

HÁBITOS GUERREIROS

E' poderosa a influência do hábito na vida humana. E' verdadeiro o prolóquio de que o hábito é uma segunda natureza. Daí, a observação de William James de que o hábito é nos indivíduos, do mesmo modo que nas sociedades, um enorme volante que lhe regulariza os movimentos e é o seu mais precioso agente de conservação.

Toda profissão exige para seu aperfeiçoamento, prática cuidadosa e constante.

Toda carreira, posue seus atrativos e só os sente quem se integrou na que escolheu — só este tem o pundonor de seu officio.

Para o militar — verdadeiro e honesto — a carreira das armas é um sacerdócio e exclue as grandesas e glórias que possam prejudicá-lo. O marquês de Barbacena carecia de hábitos guerreiros e nem mesmo tirocinio militar possuía.

O que lhe deu ânimo para se colocar à frente do exército, como comandante em chefe e não deslustrar esse alto posto, foi o seu amor próprio, o decoro de sua personalidade, a sua grande lucidez de inteligência, a sua notavel coragem pessoal, o seu patriotismo inexcedível, que são qualidades preciosas para o militar.

ATIVIDADE

Esta qualidade é primacial para o bom êxito dos feitos militares em campanha.

Napoleão pontificou, com a sua grande autoridade: “A vitória em ação pertence ao exército mais manobreiro”.

Na guerra do Paraguai se tornou celebre o *Grupo dos Quero-queros*, constituido por oficiais brasileiros, que estavam sempre alertas, dando sinal de vida, em plena atividade, nos pontos em que se encontravam, movimentando-se com celeridade, evitando surpresas.

Entre os que formavam esse grupo avultavam os chefes da cavalaria riograndense.

Dois historiadores nossos, como já vimos, censuraram a morosidade das marchas de Barbacena, nas vespersas da batalha de 20 de fevereiro de 1827.

O ESPÍRITO

LUCIDEZ DE INTELIGÊNCIA

Era o marquês de Barbacena dotado de lúcida inteligência, como atestam superiormente sua finura diplomática ao serviço do reconhecimento de nossa independência e outras negociações que lhe foram confiadas e a notavel exposição de suas idéias sobre assuntos financeiros, nos debates de 1832, sobre a reforma e projetos monetários e também ao tratar da reforma da Constituição.

Há ainda esta manifestação precoce dessa qualidade: antes de seguir par Portugal, em 1786, foi submetido a exame, na presença do vice-rei d. Luiz de Vasconcelos e Souza, e tal foi a maneira brilhante com que se houve e tão grande a impressão que causou àquele governante, que dele recebeu o honroso e significativo convite para sua mesa.

Seu curso no Colégio dos Nobres foi feito com distinção e do mesmo modo na Academia de Marinha, fazendo por isso jús às excepcionais vantagens prometidas pelo ministro Martinho e Melo e que lhe davam direito ao posto de capitão de mar e guerra, que, entretanto, não lhe foi

conferido, devido à sua pouca idade e, daí, o motivo de sua passagem para o Exército, onde ingressu como major.

CULTURA INTELECTUAL

Foi o marquês de Barbacena um dos generais mais cultos, no seu tempo.

Ser o mais culto, entretanto, não é sempre ser o mais capaz.

Vamos lembrar apenas um exemplo referido pelo general Liberto Bitencourt: o general Mitre superava Caxias, em cultura intelectual, mas o grande marechal brasileiro deixava a perder de vista o ilustre chefe argentino, em talentos militares.

RELANCE

Na Batalha do Passo do Rosário o marquês de Barbacena deixou de evidenciar essa qualidade, indispensável ao general.

O relance dá ao general a faculdade de ver claro, no fumo do combate, a situação, avaliando suas exigências e, desse modo, tomar resoluções adequadas para o emprego da tropa no momento oportuno, no simples minuto das oportunidades nessas situações.

Não há nenhum ato do nosso comandante em chefe ali que revele vista de conjunto para uma ação arrojada e decisiva, para o que, certamente, não faltou oportunidade.

E' verdade que o comando em chefe ali era um monstro de duas cabeças: estava bipartido entre Barbacena e Brown. Este agravou ainda mais a situação deslocando-se de suas funções para dirigir a 1.ª Divisão.

Foi esse, o do Comando em chefe bipartido, entre outros erros de nossa parte, talvez o maior de todos naquela batalha.

E' de se lamentar que o marquês de Barbacena ignorasse ou não lhe tivesse ocorrido, quando Pedro I dividiu entre ele e Brown o comando em chefe, esta resposta de Napoleão ao Diretorio, quando pretendiam dar-lhe como adjunto o duque de Valmy: "Creio que um mau general vale mais que dois bons".

O genial curso assim se manifestou para significar que o comando em chefe deve ser uno.

Barbacena só fez sentir sua autoridade de comando em chefe, em toda a linha de batalha, pelo toque de retirada.

CULTURA TÉCNICA

Faltam-nos lementos para ajuizarmos com precisão da cultura técnica do general Felisberto Caldeira Brant Pontes.

Sabemos, entretanto, que sua formação fôra para a carreira naval.

São conhecidos seus estudos como financista; sua capacidade como industrial e comerciante; sua atividade brilhantíssima como diplomata e sua atuação eloquente como parlamentar, ao serviço das grandes causas do Brasil.

Não tivera em nenhum desses relevos seus conhecimentos profissionais como soldado.

Acreditamos que tivesse espírito militar em alto grau e possuísse também alma de soldado e até mesmo vocação para a carreira das armas e a vocação, é sabido ser fator preponderante para o triunfo dos indivíduos — mas só é penhor seguro da vitória, em qualquer atividade, quando é servida pela cultura técnica.

Sem cultura técnica é impossível a existência de grandes generais, de grandes estadistas, de grandes médicos, de grandes juristas, de grandes músicos, de grandes pintores, de grandes críticos.

Liberato Bitencourt observou magistralmente: “Um feito militar não se julga apenas com o poder da inteligência, senão com a cultura técnica indispensável”.

IMAGINAÇÃO

Quando a imaginação supera a lucidez da inteligência, tem o grave inconveniente de transformar a fantasia em realidade e de fazer do desejo uma crença e, dessarte, ocasionar amargas decepções.

Subordinada, porém, à razão, é utilíssima em todos os atos da vida humana.

O marquês de Barbacena, acreditamos, foi vítima de sua imaginação, ao perseguir o xército platino até encontrá-lo a 20 de fevereiro. Estava crente da vitória, ele mesmo o asseverou, por mais de uma vez.

Em ofício de 11 de fevereiro, ao ministro da guerra, disse: “Para mim é indubitável que o inimigo se retira, suposto haver no exército quem pense que Alvear, procura os campos de Santa Maria, vantajosos à sua cavallhada”.

Seis dias depois assim reiterou sua convicção, em outro ofício: “Neste momento (cinco horas) recebo a carta por cópia junta do coronel Bento Manoel, que confirma a retirada por São Simão e a derrota do inimigo será certa e total, se eu conseguir alcançá-lo”.

Em seu boletim, da mesma data, disse, referindo-se à retirada dos platinos: “Quando marchavamos ao seu encontro fuge vergonhosamente: eis o resultado de tanta fanfarronada”.

Proclamando ao exército, em São Gabriel, assim se manifestou: “Bem quizers dar-vos algum descanso, depois de tantos centos de léguas de marcha com sol abrasador, e até alguns dias sem água, e muitos sem pão e farinha; mas um instante de demora nos privaria de colher

os frutos dos nossos trabalhos e de terminar a guerra para sempre, como exige a honra e glória do exército imperial.

“Soldados, redobremos de esforços, e em poucos dias alcançaremos o inimigo: a vitória é certa, e na cidade de Buenos Aires vingaremos as hostilidades cometidas nas pequenas povoações de Bagé e S. Gabriel”.

Esse predomínio da imaginação não se repete, entretanto, em nenhum outro ato do marquês de Barbacena — ao contrário, o que se verifica, à miude, é o uso equilibrado dessa qualidade, produzindo sempre, por isso, o resultado imaginado.

Entre muitas ocorrências vamos citar apenas uma: Conduzia o marquês de Barbacena a princesa Maria da Glória para Viena de Austria, em consequência de suas esponsais com d. Miguel, quando soube que este usurpára a corôa portuguesa; tomou, então, a resolução de levar a princesa para Londres, contrariamente aos que opinavam pela Ilha da Madeira ou retorno ao Rio de Janeiro.

Asim justificou essa resolução: “A minha chegada à Inglaterra obrigará o governo a dar algum passo, ou fazer declaração mais positiva, e será entretanto a Austria forçada a romper a máscara. Se em consequência dos plenos poderes fizer, como espero, alguma convenção com S. M. Britânica e a ela acederem a França e a Austria, sigo meu caminho para Viena sem susto; se aparecerem dificuldades, principalmente da Austria, está salva a princesa, e terei tempo de receber as ordens de vossa majestade”.

“Havendo S. M. B. mandado lord Strangford ao Rio, pode ser que o governo inglês duvide em entrar em ajuste final sem receber as respostas daquela missão, mas por identidade de razão pode V. M. I. evadir-se de qualquer resposta que não lhe convenha, com o pretexto de me haver mandado completamente autorizado, e não poder resolver no Rio, sem primeiro saber o que foi estipulado em Londres.

“De qualquer modo que considere a questão, parece-me haver seguido os ditames da razão e prudência”.

Os fatos e suas consequências demonstraram o acerto da resolução, que foi ato do espírito resolutivo, inspirado por imaginação penetrante e razoável.

O CARATER

AMBIÇÃO

Assevera o mais minucioso biógrafo de Barbacena que este “era uma natureza dotada dos instintos da glória e que não teve somente a nobre ambição de servir à nação, amava também deixar na memória dos homens um nome ilustre”.

Era, portanto, dotado de ambição e é de se acrescentar: ambição cabível, louvável, natural — visto que tinha qualidades para alimentá-la.

A ambição à glória, a um nome respeitavel, é uma virtude que só os homens fortes, os que têm poder de vontade e energia, são capazes de possuir.

Desconhecem-na, de modo completo, os fracos, os nulos — por incapazes de sentirem e alimentarem um grande ideal, visto que neles não viceja o sentimento da emulação.

Vivem quasi que exclusivamente para comer e dormir e tanto melhor dormem quanto melhor comem.

CAPACIDADE PSICOLÓGICA

Esta qualidade, que foi um dos principais triunfos do duque de Cazias e de todos os grandes generais, Barbacena não a revelou em grau apreciavel, no comando em chefe.

E' extranhavel que assim tivesse acontecido, visto que na Europa, se revelou psicólogo em alto grau, diversas vezes, no trato com personalidades afeitas aos disfarces diplomáticos, como o principe de Metternick, percebendo seus pensamentos, com o Imperador da Austria, surprehendendo as intenções deste e, entre outros inúmeros fatos, a sugestão a José Bonifácio de contratar para o serviço do Brasil o almirante Cochrane, com esta observação muito significativa, sobre um dos pontos vulneraveis do intrépido marinheiro: "Oíço que é muito amigo de dinheiro".

FIRMESA DE CARATER

Possuia o marquês de Barbacena, em grau elevadissimo, esta notavel qualidade, que é apanagio das almas fortes.

Era monarquista convicto e patriota inexcedivel e, daí sua attitude singular e enérgica, em face dos acontecimentos ocorridos na Baía, em fevereiro de 1821.

Não se colocou ao lado dos que se levantavam contra o absolutismo, por vislumbrar nestes pruridos republicanos, disfarçados na aceitação da Carta Politica outorgada pela mãe pátria e não simpatizava com a causa dos portuguezes e daí esta sua declaração: "uma vez que se sacudia o jugo do governo despótico, a maior conveniência para o Brasil consistia em separar-se logo de Portugal, e fazer a sua constituição a parte".

Essa attitude lhe valeu, naquele momento, a ira de gregos e troianos, isto é, dos revolucionários brasileiros e dos portuguezes constitucionalistas.

Os seus sentimentos nativistas, inspirando seu patriotismo, foram, a despeito de todos os riscos, sustentados com galhardia, com desasombro, durante a leitura da ata, de antemão preparada, e que ele, enfrentando a ira dos conjurados, conseguiu alterar, em ponto essencial.

PATRIOTISMO

Nas manifestações que acabamos de mencionar e em inúmeros e notáveis atos do marquês de Barbacena, em sua longa e prestante vida pública, em seu nobilitante proceder como particular — estão expressos, indelevelmente, magníficos exemplos de patriotismo sadio, porque sempre aureolados pelo desprendimento.

O Brasil grande, independente e livre, foi o mais longo e o mais edificante de seus sonhos — muito fez para isso e tudo que fazia lhe parecia sempre pouco, é que seu desejo nesse sentido era ilimitado.

As injustiças e as brutalidades de Pedro I, a maldade dos partidos políticos, sempre ferazes na depreciação dos homens públicos de mérito e a eles não afeiçoados: não tiveram forças para entibiar-lhe o ânimo ao serviço do Brasil.

Assim aconteceu porque este, para o grande patriota, era eterno e aqueles efêmeros e divorciados da Pátria, sempre que agiam inspirados por paixões partidárias ou movidos por interesses pessoais.

PERSPICÁCIA

Entre diversos fatos que comprovam haver sido o marquês de Barbacena dotado deste atributo, há este bastante significativo: Em carta de 3 de março de 1825, informando a vinda ao Rio de uma delegação britânica, disse a Pedro I: “O governo inglês compoz a delegação que manda ao Brasil de pessoas que todas falam o português.

“Tenho boas razões para crer, que o fim disto é terem elas comunicação direta e frequente com V. M. I., o que convem evitar absolutamente: 1.º, porque seria incomodo a V. M. I. aquela especie de familiaridade que Strangford tomou com seu augusto pai; 2.º, porque é contra a etiqueta dos soberanos europeus admitir jamais ministros estrangeiros, sem devido cerimonial, e V. M. I., por seu nascimento e jerarquia não está no caso de imitar a sem cerimonia dos presidentes americanos, mas sim o formulário dos monarcas da Europa”.

Esses conselhos, ditados pela alta e nobre intenção de dar relevo e respeito à côrte brasileira, evidenciam a sagacidade e a finura de que se revestia a perspicácia de nosso eminente compatriota.

Dessa qualidade, aliada ao bom senso e à prouderação, deixou Barbacena magnífico atestado na interessante carta que escreveu ao seu primogênito, ao ser este nomeado secretário de legação.

Aí, aconselhando “extrema desconfiança dos indivíduos”, no exercício daquelas funções, disse: “Nunca levarás a chave da secretaria, e muito menos papel algum para tua casa; evitarás saber tudo quanto for possível ignorar e por nenhum caso emitirás tua opinião em ne-

gócio algum, ainda o mais insignificante, salvo quando ela te for pedida e então darás com modestia e reverencia: a decisão do ministro”.

Era o amor paterno, de mãos dadas com a experiência, que falava ao jovem ingressante na diplomacia.

Era também o zelo por um nome que ilustrára e desejava se prolongasse enobrecido e, para tanto, disse: “Peço-te que sigas a risca este conselho, porque desse modo ganharás a confiança do ministro, a tranquilidade do espírito e boa reputação. Dois anos de prática e estudo muito assiduo, suponho bastante para continuares na carreira em situação mais elevada, e com glória de um nome que herdaste sem taxa”.

DISCERNIMENTO

Foi notavel este atributo no marquês de Barbacena, conjugado com sua capacidade psicológica.

Quando em Dezembro de 1830 foi profundamente ferido com a demissão da pasta da Fazenda, na longa, enérgica e ativa carta dirigida a Pedro I, predisse o 7 de abril, em termos precisos, veementes e ao mesmo tempo preciosos como norma de conduta do imperador que, por desouví-los, caíu.

Nessa missiva, depois de observar que se estava na véspera de uma revolução, ponderou: “V. M. ainda pode sustar semelhante calamidade, suspendendo sua viagem para Minas e tomando desde já nova atividade e outro norte; mude de sistema e identifique-se com os brasileiros; separe de junto de sua pessoa e de sua casa, essa quadrilha de portugueses, que o tornam inimigo da nação; praticando isso com sinceridade e firmeza, V. M. suspenderá a resuloção e pouco a pouco recuperará as afeições do povo, que outróra, quando se dizia e mostrava ser brasileiro, possuiu em grau tão eminente.

“Se porém V. M. prosseguindo na careira que atualmente trilha, hostil à Nação, e instrumento cego de uma facção inimiga do Brasil, persistir todavia em realizar a viagem a Minas, talvez nunca mais volte ao Rio de Janeiro, é esse o menor mal que prevejo.

“Um dos tios de V. M. I. acabou seus dias em uma prisão em Cintra, V. M. I. poderá acabar seus dias em alguma prisão em Minas a título de doido, e realmente só um doido sacrifica os interesses de uma Nação, da sua família e da realeza em geral, aos caprichos e seduções de criados e de caixeiros portugueses, que aliás constituem a escória do que há de mais vil e ignorante na Europa civilizada.

“Reflita V. M. que foi identificando-se com os brasileiros que proclamou a independência, fundou o Império e conseguiu o seu reconhecimento pelas nações estrangeiras”.

E, como um vidente do 7 de abril, disse depois de outras considerações: “Ainda há tempo, senhor, de manter-se V. M. I. no trono,

como o deseja a maioria dos brasileiros, mas se V. M. indeciso, continuar com as palavras de constituição e brasileirismo na boca, a ser português absoluto de coração, neste caso a sua desgraça será inevitável, e a catástrofe que praza e Deus não seja geral, aparecerá em poucos meses; talvez não chegue a seis”.

E não chegou, realmente, visto que a 7 de abril de 1831 D. Pedro abdicava.

Neste senso profundo da realidade, nesta visão clara das cousas — temos a explicação do predomínio do marquês de Barbacena na política nacional, entre os homens de seu tempo e o pivot de seus triunfos diplomáticos.

ALTIVEZ

Sendo esta qualidade do carater humano “todo movimento da alma que se funda numa perfeita consciência do direito, do honesto e do sagrado” — temos no ato de Barbacena, repelindo o insulto de sua demissão da pasta da Fazenda, um edificante gesto de altivez, nestas frases ao Imperador: “Em semelhantes circunstâncias, senhor, necessário é salvar a minha vida, retirando-me para o engenho de Gericinó, aonde estarei em guarda, e protesto a V. M. I. que cortarei a comunicação com toda a gente. Melhor era retirar-me para a Europa, porém uma vez que se trata de exame de contas, suceda o que suceder, eu não deixarei o Brasil sem ver o resultado de tal exame, resultado que será bem diferente do que pensa a facção que ilude a V.M.I. porquanto o meu procedimento na Europa foi sempre dirigido com o fito em semelhante desfecho, não porque me lembrasse que V. M. I. pudesse jamais vir a seu o meu perseguidor e o que é mais atroz o meu caluniador, mas porque V. M. I. podia falecer, e então chegando eu ao Brasil, seria muito justamente sujeito ao mais severo exame”.

Era o pundonor de homem ultrajado que se levantava, em face do arbitrio, na magestade de sua altivez.

HONESTIDADE

A honestidade, que é uma das mais altas das virtudes morais, possuía em sumo grau o marquês de Barbacena.

Quando seus inimigos políticos e detratores, levantaram dúvidas sobre sua probidade, se enganaram, redondamente e, sem querer, contribuíram para sua glorificação, promovendo tomada de contas de suas diversas gestões na Europa.

Do título de quitação, em consequência dessa verificação, datado de 7 de outubro de 1836, consta que Barbacena recebera, em suas missões na Europa, em 1827, 1828 e 1829, a quantia de duzentas setenta e

nove mil e seiscentas e cinco libras esterlinas, sete shilings e cinco penses e dispendeu, comprovadamente, importância maior, havendo assim um saldo a seu favor de mil e quatrocentas e cinco libras, 19 shilings e onze penses, que recebeu em 1838.

O resultado da tomada de contas serviu para confirmar, mais uma vez, a lisura exemplar, a honestidade a toda prova e o devotamento edificante ao Brasil, por parte do marquês de Barbacena.

Os ingleses, quando se proclama a honestidade de alguém, costumam perguntar: já geriu dinheiro do Estado?

Assim procedem, porque par eles a pedra de toque da honestidade é o dinheiro público.

Barbacena deixou perante seus concidadãos essa prova irrefragável de sua honestidade.

BRAVURA

Em diversas ocasiões revelou o marquês de Barbacena essa qualidade: aos 20 anos de idade, na Angola, combatendo corsários; aos 49, na Baía, enfrentando o povo em revolta e diante de uma assembleia ameaçadora; aos 55, na Batalha do Passo do Rosário, onde esteve à altura dos mais bravos desse dia.

Estudo mais profundo e mais longo merecem outras qualidades do marquês de Barbacena, paramos, entretanto, nestas que aqui ficam simplesmente esboçadas, porque mesmo assim, nos fornecem elementos para se julgar esse ilustre e nobre brasileiro, no curto período de seu comando em chefe do Exército do Sul.

Com algumas das deficiências apontadas, estranho por completo ao exército em campanha, com o desconhecimento do teatro de operações e, sobre tudo, num período de transições táticas, em que saíamos dos entreveros e das surpresas estonteantes, para os combates regulares — acreditamos que, se o marquês de Barbacena não fosse um homem de notável energia ao serviço de um nobre caráter e de poderosa inteligência, consagrada a patriotismo exemplar, desastrosas teriam sido as consequências de seu comando.

Evitou isso porque fez o que era humanamente possível fazer nas circunstâncias em que se achou, à frente de um exército, bravo é verdade, mas sem as condições essenciais para a guerra, pelo abandono em que o deixara o governo central, que foi, sem dúvida, o maior responsável pelo que sofremos em 20 de fevereiro de 1827.

Asseveramos, ha mais de 15 anos, que a vitória dos platinos no Passo do Rosário, foi uma vitória de Pirro e acrescentámos: não houve a derrota que proclamam e cantam os vencedores e sim uma simples vitória tática.

E isso inegável, à luz da verdade e da técnica militar.

Não cabe ao tenente-general marquês de Barbacena a culpa que lhe atribuíram seus inimigos políticos, recolhida por alguns cronistas ao serviço do escândalo; não houve ali covardes, nem traidores, que ainda hoje insinua gratuita malquerença aos nobres filhos do Rio Grande do Sul, e a prova do nenhum fundamento dessa insinuação maldosa, está na circunstância de que os heróis caluniados continuaram na luta, firmes e leais, até repelirem os invasores para além de nossas fronteiras.

Um grande e querido nome desta Casa, um patriota sem jaça, uma inteligência culta e fulgurante, um brasileiro no mais alto sentido deste nome, um civil forrado de forte e nobre espírito militar — o saudoso João Pandiá Calogeras, cinco anos depois daquele nosso juízo, menciona entre os diversos sucessos do ano de 1827 “a vitória tática argentina em Ituzaingó” e depois de outras enumerações informa, repetindo aquele conceito: “A derrota tática do Passo do Rosário, foi conhecida no Rio no decorrer de março”. (*O Marquês de Barbacena*, S. Paulo, 1932, pag. 168).

Esse insucesso tático, sem graves consequências para o Brasil, sem nenhum desprestígio para o nosso exército — em nada pôde apoucar o nome do marquês de Barbacena, por tantos títulos e por tantos serviços, grandioso, digno do apreço e merecedor da veneração dos que sentem o Brasil, dos que sabem ser brasileiros, como ele o foi.

Semelhante insucesso, foi um acidente em sua vida militar, que ele salda com apreciável superavit, com a notável junção em Palmas, que salvou da derrota certa e de graves consequências, as forças estagnadas em Santa Ana do Livramento e as que se achavam entre Rio Grande e Pelotas.

Representa, portanto, tal ocorrência, um episódio infeliz em sua longa e venturosa vida pública — opulenta em vitórias e heroísmos, que formam o majestoso pedestal em que sua estátua se ha de erguer um dia, para honra e orgulho de seus compatriotas, como estímulo à posteridade e como homenagem imoredoura da História, da verdadeira história, daquela que no conceito de Eduardo Prado “é feita de reparações salutares e de tardias justiça” — a História, enfim, que este Instituto pratica e ensina, para glória e grandesa do Brasil.